

o I congresso dos trabalhadores baianos

Antonio Albino Canelas Rubim

Dos acontecimentos que marcam a conjuntura de lutas sociais na Bahia, nos anos 1917-1921, dois se destacam: a greve geral de junho de 1919 e o Congresso dos Trabalhadores Baianos realizado de 14 a 20 de julho daquele ano.1 O Congresso foi convocado e organizado pelo Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes através de folhetos e de um manifesto. Nele lia-se: "...movimento que ora se vai operando em todo o mundo em prol da emancipação dos trabalhadores e da constituição de uma sociedade nova, expurgada dos velhos preconceitos que permitiam à burguesia receber e conservar o poder arrebatado das mãos da nobreza e do clero pela revolução francesa. Esse movimento renovador que somente cessará com a vitória definitiva dos oprimidos, também repercutiu proficientemente neste Estado, como atestam as melhorias morais alcançadas pelos nossos irmãos, em virtude da recente greve geral".2

Para assegurar o noticiário sobre o Congresso nos jornais diários, uma comissão composta de operários visitou os periódicos nos dias anteriores ao encontro e na véspera do início do Congresso, fez-se uma reunião, às 15 horas, no Sindicato, para credenciar os delegados.3

A sessão de abertura, coincide propositadamente com a data da tomada da Bastilha em 1789, e é realizada no tradicional Teatro São João, às 15 horas, com a presença de "numerosíssima" platéia. Encontram-se presentes representantes do Governador, do General Comandante da 5ª Região Militar, do Secretário de Polícia, da Imprensa e de Delegações Operárias, além de pessoas de várias classes sociais, em particular, do operariado e setores subalternos.4

O Congresso instalado por Antonio de Sant'Anna, prosseguiu com diversos discursos. Falaram José (dos) Santos Gomes do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e orador oficial do encontro, Alfredo Campos de Oliveira, Alfredo Tolentino e Agripino Nazareth. O discurso inicial, depois

de enaltecer a data escolhida — "... dia maior da humanidade" —, citar Victor Hugo, Latingo Coelho e saldar a evolução social e as idéias "Libertárias de Saint Just, Roberpierre, Marat e do abade Funchett", define como objetivo do Congresso: "... estabelecer os princípios sobre os quais possamos reclamar os direitos que nos são conferidos pela nossa Magna Carta, Código Civil e demais leis" e pedir ao poder público escolas. No final do seu pronunciamento, José (dos) Santos Gomes lembra da "... revolução social porque vem passando o mundo" e afirma: "A greve é um direito do operariado e a greve representa o seu protesto a fim de que sejam atendidas suas reclamações, mas, não queremos a greve perturbadora da ordem pública nem que traga a morte da população pela fome por isso somos daqueles que julgam necessária a ordem, porque dela provirá a harmonia e desde que patrões e operários colaborem para o mesmo fim, teremos a riqueza e engrandecimento do país e então todos nós gozaremos destes benefícios".⁵

Alfredo Campos de Oliveira, delegado dos Operadores Eletricistas da Companhia Linha Circular, em seu discurso ao "patriótico e glorioso Congresso", cita Waldeck Rousseau, Paul Boucour, Victor Hugo, fala das imposições das classes afortunadas sobre o operariado baiano e depois conclama: "Trabalharemos pois em prol de nossa grandeza, em prol da prosperidade da 50 Pátria". Na conclusão de sua fala diz: "...e se assim ávidos pela nossa grandeza, pela nossa independência político-social, pelo soerguimento da cultura sagrada da igualdade, do direito, da compensação exata do nosso esforço, não se fizer tudo será perdido, nada será feito, todo o esforço parcial será baldado, jamais será derrubada a nova Bastilha que mais aterradora e tirana do que a que outrora fora destruída pela revolução francesa que hoje a história comemora. Urge portanto, a unificação de todas as forças para o combate. Viva o operariado baiano. Viva a vitória do fraco."⁶

Finalmente em seu discurso, Agripino Nazareth convida "... o operariado a comemorar condignamente o dia 14 de julho que foi o da vitória do socialismo universal".⁷ A sessão estiveram presentes 25 delegados de entidades ou de categorias profissionais e terminada a instalação, três bandas de música da Polícia Militar tocaram os hinos dos países aliados.⁸

No dia 15 de julho o Congresso prossegue com a realização da primeira sessão ordinária, à noite, na sede do Sindicato, sendo a sessão presidida por Manoel P. de Oliveira e secretariada por Edgard Brito e Epiphânio T. do Nascimento.⁹ De início são lidos ofícios e cartas de entidades e proletários solidários com o Congresso, como os operários de Plataforma.¹⁰ A seguir debate-se a proposta apresentada pela Sociedade União dos Operários de Padarias que engloba quatro itens: 1 — habitação popular, 2 — jornal proletário, 3 — luta contra o analfabetismo, através de aulas nas entidades associati-

vas e 4 – aliança entre as sociedades proletárias em caso de greve.¹¹ A discussão do item 1 provoca bastante interesse, sendo alterada a redação e detalhada a proposta, além de ser constituída uma comissão para tentar concretizar as reivindicações aprovadas sobre a questão da habitação.¹² Os outros pontos são aprovados e com relação ao jornal proletário decide-se que ele seria impresso num diário da Capital e que deveria ser mantido através de assinaturas dos próprios proletários. Durante a sessão destacou-se a figura de Agripino Nazareth, sempre falante.¹³

Outra sessão ordinária é realizada no dia 16 de julho, também na sede do Sindicato e à noite. A reunião foi aberta por Manoel Pedro de Oliveira, que leu a ata, conduziu sua discussão e aprovação. Logo depois de acordo com o regimento foi eleita uma mesa de trabalho, composta por Germiniano Caldas (presidente), José Gomes e Nathalio de Jesus (primeiro e segundo secretários, respectivamente). Compareceram a esta reunião 21 delegados e inúmeros operários.¹⁴ Nela distribue-se o texto em português do manifesto de Tchitcherin, comissário do Povo para o Exterior da República Soviética da Rússia. O manifesto, lido por Agripino Nazareth provoca “caloroso debate”.¹⁵

Ainda durante este encontro são discutidas duas propostas apresentadas pelo advogado do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes e de outras entidades. A primeira reivindicava da Intendência Municipal e dos diretores da “Linha Circular”, da “Chemins de Fer” e da “Municipal” a emissão de bilhetes especiais de transporte para os operários, com 50% de abatimento. A segunda proposta compunha-se de nove pontos relativos ao caráter de resistência das sociedades proletárias; a não admissão nas mesmas de mestres e contra-mestres que além do serviço de direção não trabalhassem como oficiais nas fábricas, oficinas e obras; à transformação das sociedades beneficentes em sociedades de resistência; ao trabalho de menores de 14 anos e ao trabalho feminino; ao salário mínimo e a demissão de operários da “Chemins de Fer” e das obras do Porto por causa da participação na greve geral de junho, além de outros. Todos os pontos apresentados são provados, alguns por unanimidade e fica deliberado: de um lado, enviar pedido de fixação de um salário mínimo ao Congresso Nacional medida considerada pioneira por Cid Teixeira – se, de outro lado, constituir comissão para fazer gestões junto a “Chemins” e as obras do Porto para solucionar a questão das suspensões e demissões.¹⁶ Sobre este problema, Agripino Nazareth lê telegramas trocados com autoridades do Ministério da Viação e com pessoas influentes, como Assis Chateaubriand.¹⁷

No dia seguinte – 17 de julho – o Congresso continua e os trabalhadores realizam a terceira sessão ordinária, iniciada às 19 h, sob a presidência de Cons-

tância Victório. Inicialmente a comissão faz uma exposição dos contatos mantidos com as obras do Porto e com a "Chemins". Logo nova comissão é nomeada para prosseguir as negociações a respeito dos suspensos e demitidos. Também outra nova comissão é escolhida para encaminhar a reivindicação das passagens especiais. O Congresso sugere a Câmara dos Deputados a proibição de trabalho a todos os proletários que não tivessem diplomas de competência dados por escolas profissionais a serem criadas pelas respectivas associações. Além da proibição, os trabalhadores irregulares seriam submetidos a sanções das associações proletárias. Finalmente é reivindicada a criação de um curso noturno, anexo ao Ginásio da Bahia e discutida a garantia de trabalho que devia ser dada por cada associação aos seus associados e a limitação da tabela de preços para cada categoria.

Nesta sessão, por proposta de Agripino Nazareth é aprovado um voto de louvor e aprovação ao governador do Estado e autoridades policiais "pela exata compreensão dos seus deveres constitucionais por ocasião da última greve" e pelo "policciamento da cidade, nos dias daquele movimento", respectivamente.¹⁸

52 Com a presença de 18 delegados em sua quarta sessão plenária continua o Congresso dos Trabalhadores no dia 18 de julho. A reunião iniciou-se às 19:30 h, tendo sua mesa composta por Alfredo Tolentino, Martinho Porto e Fagundes João da Cruz. As comissões dão conta de suas incumbências e depois são lidas diversas comunicações, entre as quais, a dos operários das fábricas de charutos de Muritiba. Os trabalhos se estendem até às 3 horas da madrugada devido a grande importância dada à confecção e endereçamento de memorial sobre o trabalho feminino e infantil e salário mínimo. Fala-se numa possível sessão extraordinária no domingo pela manhã e é votada, por unanimidade, uma moção de solidariedade a Marinho Porto, presidente da Sociedade União Defensora dos Operários em Carroças e agente do gabinete de capturas da polícia, fato que é desconhecido pela plenária, segundo a nota oficial citada.¹⁹

A quinta e última sessão ordinária — dia 19 de julho — inicia-se às 20 h, com a mesa presidida por Manoel Maria e secretariada por Alfredo Campos de Oliveira e Tertuliano Lima e termina por volta da meia-noite. De início é lida a ata da terceira sessão e o expediente. Em seguida as comissões relatam suas negociações e são discutidos vários assuntos de interesse associativo. Logo "... é levantada a questão sobre qual o socialismo seria adotado pelo proletariado baiano. Por aclamação é adotada a escola socialista coletivista".²⁰ Por fim são aprovados votos de solidariedade aos trabalhadores de todo o mundo e especialmente aos da Rússia.

O I Congresso dos Trabalhadores Baianos encerra-se no dia 20 de julho, com uma sessão aberta às 13 h, no Teatro São João. Estão presentes inúmeras sociedades proletárias e um grande público. A mesa composta por Guilherme Francisco Nery (presidente), Jorge Manoel da Rocha (secretário geral) e Abílio José dos Santos (tesoureiro), inicia os trabalhos e dá a palavra, durante 40 minutos, para o relato das atividades do Congresso, feito por José (dos) Santos Gomes. No final o orador oficial do encontro faz um apelo aos companheiros para a continuação da luta até a vitória justa do operariado. Depois dele discursam: Abílio José dos Santos, Constâncio Victório, Astério Luiz dos Prazeres, Nathalio de Jesus, Agripino Nazareth e Antonio Francisco Dantas. No encerramento da sessão, o presidente agradece a presença e o interesse dos jornais A TARDE e O IMPARCIAL.²¹ Em seguida, "... os operários fizeram uma passeata, puxados pela banda de música do 2o. Batalhão de Brigada Policial e desfilaram pela rua Chile até o Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros, ao Maciel de Baixo, erguendo vivas ao socialismo e ao operariado".²²

Concluída a descrição do Congresso deve-se fazer algumas observações sobre pontos de importância que marcam este momento do movimento proletário baiano. De imediato, nota-se a ausência quase integral das reivindicações formuladas pelos proletários na greve de julho como pontos temáticos do Congresso. Assim não são discutidas questões como salários, jornada de trabalho, condições de trabalho, multas. Apenas o problema do trabalho infantil e feminino é debatido, ao que parece rapidamente.

53

A ausência temática destas questões ganha maior significado se se observa que durante o Congresso já surgem acontecimentos que demonstram o não cumprimento do acordo pelos patrões como, por exemplo, as demissões e suspensões na "Chemins de Fer" e nas obras do Porto. Ou seja, mesmo aquelas medidas "conquistadas" na greve geral "vitoriosa" não estavam tão garantidas e seguras para dispensarem o debate (e as possíveis decisões e ações). Além do que com toda certeza estas medidas não haviam solucionado integralmente (ou até de forma satisfatória) as questões levantadas na greve de junho. Deste modo, a exclusão dos temas anotados acima deve ser encarada como uma questão política (e de fundamental importância).

Outro aspecto imediatamente notado é a não participação de algumas categorias e suas entidades associativas que, em graus diversos, atuaram na greve geral. Não estão presentes oficialmente — nem através de alguma referência em livros ou nos jornais —, entre outros, os marítimos e suas entidades (a Sociedade União dos Foguistas, a Associação dos Marinheiros e Remadores, a União dos Estivadores e a União dos Carregadores), os alfaiates e suas associações, os textéis e os metalúrgicos (organizando suas entidades), além de

algumas sociedades mais tradicionais como o Centro Operário, a Associação Tipográfica etc. Essas ausências são em parte justificáveis para entidades onde a visão corporativista é hegemônica – como nas associações marítimas – ou para aquelas submetidas a influências de políticos – como novamente as entidades dos marítimos e o Centro Operário, por exemplo – ou ainda para sociedades de orientação beneficente. Mas dificilmente são explicáveis para categorias como alfaiates, metalúrgicos ou tecelões, na sua totalidade. Isto é principalmente a pouquíssima ênfase dada ao debate do papel, estrutura, funcionamento das associações; das relações entre elas no plano local e nacional e das medidas necessárias para organizar categorias sem entidades apontam pontos obscuros, talvez só explicáveis pelo estudo mais detalhado da orientação política e da situação destas entidades e, em especial, das presentes no encontro.²³

Pelas resoluções aprovadas no Congresso, alguns destes pontos obscuros ficam um pouco mais claros: inexistia uma imprensa proletária na Bahia, naquele momento e a orientação ideológica hegemônica no Congresso e talvez no movimento proletário baiano é o socialismo.²⁴ Um socialismo um tanto vago e que se torna hegemônico no Congresso pela concentração das iniciativas nas mãos de Agripino Nazareth, de membros do Sindicato promotor e

54 da entidade dos Padeiros, como pode-se perceber pela descrição do encontro.

Um último aspecto deve completar estas observações sobre o Congresso, seu relacionamento com o aparelho estatal e as classes dominantes. De um lado, a eleição de determinados temas e encaminhamentos demonstram a opção por uma posição não conflituosa, para se utilizar um termo ameno.²⁵ De outro lado, uma série de eventos (realização da abertura e do encerramento no Teatro São João, presença de autoridades na sessão inaugural, discursos conciliadores, bandas de música da Polícia, votos de aplauso e louvor ao governador e a setores policiais, agradecimentos aos jornais das classes dominantes, determinadas reivindicações feitas ao Estado) denunciam o caráter de conciliação de classes do Congresso.²⁶ Isto faz que o encontro seja praticamente ignorado pelos anarco-sindicalistas e pelo movimento proletário em nível nacional.²⁷

REFERÊNCIAS

- 1 Além de referências nos jornais diários da época, pode-se consultar: A VOZ DO TRABALHADOR 19.03.1921; TEIXEIRA, Cid "Operários baianos em Congresso" in JORNAL DA BAHIA, 14.12.1979 e os seguintes livros; BANDEIRA, Moniz e Outros O Ano Vermelho Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976 p. 190 e 191; RODRIGUES, Edgar

Trabalho e Conflito Pesquisa 1906-1937 Rio de Janeiro, Arte Moderna, sem data p. 219; **MORAIS FILHO**, Evaristo de **O Problema do Sindicato Único no Brasil** São Paulo, Alfa Omega, 1978 p. 207. Por outro lado, existe uma versão preliminar deste texto, com o mesmo título, escrita em meados de 1979.

- 2 O manifesto é citado em **BANDEIRA**, Moniz e Outros ob. cit. p. 190 (No Anexo 1 deste texto transcreve-se o trecho citado no livro). Também **RODRIGUES**, Edgar ob. cit. p. 219 fala do manifesto. Sobre a divulgação do encontro, ver **O TEMPO** 15.10.1919. O Sindicato promotor é situado na rua Maciel de Cima no. 24 e durante a greve geral de junho funcionou como sede do Comitê Central da parede, além de ter papel destacado no movimento. Finalmente **TEIXEIRA**, Cid. ob. cit. fala da importância de Agripino Nazareth, advogado e líder proletário, e Manoel Pedro de Oliveira como organizadores do encontro. O advogado realmente sobressai-se durante o Congresso.
- 3 A comissão é formada por Edgar José de Brito, Domingos do Espírito Santo e Manoel Ferreira da Conceição. Ver o convite levado ao jornal **A HORA** 14.07.1919. Sobre a reunião, consultar o **JORNAL DE NOTÍCIAS** 13.07.1919.
- 4 Ver **O IMPARCIAL** 15.07.1919; **A TARDE** 15.07.1919; **JORNAL DE NOTÍCIAS** 15.07.1919; **O TEMPO** 15.07.1919; **DIÁRIO DA BAHIA** 16.07.1919; **A HORA** 14.07.1919 e **BANDEIRA**, Moniz e Outros ob. cit. p. 190. **MORAIS FILHO**, Evaristo ob. cit. p. 207 indica 15 de julho como data da instalação do encontro e **TEIXEIRA**, Cid. ob. cit. aponta o dia 16 daquele mês.
- 5 O discurso está transcrito no **JORNAL DE NOTÍCIAS** 15.07.1919 (e no Anexo 2 deste texto).
- 6 O discurso está transcrito em **A TARDE** 15.07.1919 (e no Anexo 3).
- 7 **O IMPARCIAL** 15.07.1919.
- 8 Os delegados participantes da sessão inaugural são: Alfredo Campos de Oliveira, Aurélio Pereira da Silva, Oscar Correia Altamar (dos Eletricistas e Operadores da Linha Circular); Oscar Francisco Lopes, Constâncio Victório, Honorato Gomes Filho (da Sociedade União dos Operários de Padarias); João Lessa (da União Gráfica); Martinho Porto, Antonio Henrique Pimentel, Antonio Ferreira da Silva (?) da **SUDOC**, Maximiano José da Silva (?) Edgar José de Brito, João Alves do Nascimento (da Sociedade União e Progresso dos Operários da Bahia); Antonio Portugal de Azevedo, Manuel Maria dos Santos e João Paulo Batista (da União dos Sapateiros); Nathálio de Jesus, Antonio Ferreira da Silva (?), Luiz José Soares 9da Sociedade união de Resistência dos Operários

em Ferrovia); Epiphânio Teglianio do Nascimento e Marciano Pacífico da Paixão (dos Marmoristas ou Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes); José Santos Gomes (do Sindicato dos Pedreiros, Carpinteiros e Demais Classes); Astério Luiz dos Prazeres, Petronillo Dantas e Manoel Pedro de Oliveira (da entidade dos Marcineiros ou do Sindicato promotor do Congresso). As dúvidas apontadas acima decorrem de divergências entre os jornais, apesar de O TEMPO 15.07.1919 afirmar que a fonte dos nomes/entidades ou categorias é a lista de presença do encontro. Assim o JORNAL DE NOTÍCIAS 15.07.1919 não fala na SUOP nem na União Gráfica, coloca Maximiano José da Silva na delegação da SUPOB e, indica Epiphânio T. do Nascimento e Marciano P. da Paixão como Marmoristas. Na sua edição de 18.07.1919 volta a afirmar Epiphânio como delegado dos Marmoristas. O DIÁRIO DA BAHIA 16.07.1919, A TARDE 15.07.1919, O TEMPO 15.07.1919, A HORA 14.07.1919 e O IMPARCIAL 15.07.1919 acrescentam a SUOP e a União Gráfica, incluem Maximiano J. da Silva na delegação da SUPOBa (com excessão do DIÁRIO DA BAHIA que o coloca como pertencente à SUDOC), não anotam a presença dos Marmoristas e diferenciam a categoria dos Marcineiros e o Sindicato. Alguns jornais falam equivocadamente de "Sindicato dos Marcineiros, Carpinteiros e Demais Classes".

56

- 9 A reunião teve início às 20 h e seu término ocorreu entre as 22:30 e 23 h. Ver A TARDE 16.07.1919 e o JORNAL DE NOTÍCIAS 16.07.1919 e 18.07.1919. TEIXEIRA, Cid ob. cit. fala desta sessão como sendo a primeira sessão e como tendo ocorrido no dia 16 de julho.
- 10 A TARDE 16.07.1919 e O IMPARCIAL 16.07.1919.
- 11 A redação da proposta é a seguinte: "Art. 1 – Os congressistas baianos junto com as autoridades constituídas resolvem os meios (sic) mais convenientes para serem construídas na Capital do Estado avenidas de casas em diversos pontos podendo serem edificadas por uma empresa. Art. 2 – As classes associadas deverão fundar um órgão de imprensa para a defesa de seus interesses. Art. 3 – As sociedades deverão fundar aulas (sic) noturnas e diurnas a fim de combater o analfabetismo no país. Art. 4 – Criar uma aliança entre as sociedades para no caso de greve, auxiliarem e aderirem ao movimento. "JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919.
- 12 O Art. 1 ficou assim redigido: "Para que o Governo do Estado no projeto das 2 mil casas eleve a 5 mil e que estas casas sejam exclusivamente de operários e estabeleça a seguinte ordem: que sejam construídas em coletividades para rapazes solteiros e que nesta se aluguem quartos com todas as exigências higiênicas por preço de dez mil reis; que sejam edifi-

- cadras para os que tem família, com dois quartos, duas salas, demais condições higiênicas, por preço de 20\$000; para os que tiverem maior família sejam construídas com três quartos, duas salas e mais condições higiênicas por preço de 30\$000. "JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919. Para este periódico a comissão é formada por José Gomes, Alfredo Tolentino, Jorge Manoel da Rocha. O IMPARCIAL 16.07.1919 acrescenta o nome de Agripino Nazareth à comissão. TEIXEIRA, C. ob. cit. depois de afirmar que a questão habitacional foi a "que mais interesse despertou", fala da constituição da comissão (com Agripino Nazareth e Jorge Damião da Rocha em lugar de Jorge Manoel da Rocha) e conclui a respeito dos entendimentos com as autoridades: "Os políticos, entretanto estava (sic) mais interessados na posse de Eptácio Pessoa e em garantir suas posições. Não tiveram ouvidos".
- 13 Para o debate sobre o jornal ver: O IMPARCIAL 16.07.1919; O TEMPO 16.07.1919; JORNAL DE NOTÍCIAS 18.07.1919 e A TARDE 16.07.1919. Sobre a participação de Nazareth consultar as edições citadas de A TARDE e O IMPARCIAL. BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190 atribui a reunião do dia 15 uma série de atividades que, em verdade, foram efetivadas no dia seguinte.
- 14 A sessão começou às 19 h e terminou às 23 h Consultar A TARDE 17.07.1919; O IMPARCIAL 17.07.1919 e especialmente O TEMPO 17.07.1919. Segundo a último jornal estavam presentes: Agripino Nazareth, Nathalio de Jesus, José Gomes, Alfredo Tolentino, Abílio José dos Santos, Astério L. dos Prazeres, Manoel Maria dos Santos, João Procópio, Germiniano Caldas, Manoel Pedro de Oliveira, Constâncio Victório e outros. Pela lista pode-se notar nomes não incluídos na lista da sessão inaugural. O TEMPO 31.07.1919 fala da participação de Jardelino Pedreiro Couto como líder da delegação do interior (de São Félix, Cachoeira e Muritiba). Jardelino só não é demitido pela participação no encontro, porque os operários da São Félix entram em greve e ele é reintegrado. Também na edição de 16.08.1919, O TEMPO indica outros delegados.
- 15 O TEMPO 17.07.1919; A TARDE 17.07.1919; O IMPARCIAL 17.07.1919 e, com a ressalva feita anteriormente, ver BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190. TEIXEIRA, C. ob. cit. apesar de falar em dia 17 de julho para a sessão (em verdade realizada no dia 16) comenta que no manifesto "... é feita a apologia da consciência da força do operário unido".
- 16 A comissão é composta por Constâncio Victório, Astério Luiz dos Prazeres e Germiniano Caldas. A TARDE 17.07.1919.

- 17 O teor do telegrama recebido pelo advogado baiano e este: "Dr. Agripino Nazareth - Bahia. Rio, 15. Inspetor estradas telegrafou chefe do distrito aí, operários procurem-no. Abraços Assis Chateaubriand". A TARDE 17.07.1919. É bom lembrar que de acordo com o acerto final da greve de junho, nenhum paredista poderia ser demitido.
- 18 A aprovação traz uma série de mal entendidos que são esclarecidos por nota oficial do Congresso publicada em O IMPARCIAL 20.07.1919 e A TARDE 19.07.1919 (e transcrito no Anexo 4 deste texto). Para uma descrição dos acontecimentos do dia 17 de julho, ver O IMPARCIAL 19.07.1919.
- 19 Sobre a sessão ver O IMPARCIAL 19.07.1919 e O TEMPO 19.07.1919. A função de polícia de Martinho Porto é denunciada por O IMPARCIAL. Por outro lado, a nota oficial fala dos rumores da existência no Congresso, em especial na sessão de 18 de julho, de espões e capangas de certos industriais (Ver Anexo 4).
- 20 O IMPARCIAL 20.07.1919. Segundo Edgard Leuenroth o coletivismo "... é um sistema de organização da economia, dentro da sociedade socialista, em que os meios de produção são de posse coletiva e o consumo obedece à fórmula - a cada um segundo o seu trabalho". LEUENROTH, Edgard Anarquismo Roteiro da Libertação Social Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1963 p. 75.
- 58 21 Sobre o final do Congresso ver O IMPARCIAL 21.07.1919; A TARDE 21.07.1919; JORNAL DE NOTÍCIAS 23.07.1919. Consultar também BANDEIRA, M. e Outros ob. cit. p. 190/191 e TEIXEIRA, C. ob. cit.
- 22 A TARDE 21.07.1919.
- 23 Com relação ao debate sobre estes, pontos só se tem no Congresso a recomendação da transformação das sociedades beneficentes em de resistência, a exclusão dos mestres e contramestres (que apenas dirigem) das associações e um dos itens da proposta da SUOP, onde se sugere a aliança das sociedades em caso de greve.
- 24 Tanto a aprovação da orientação socialista coletivista, quanto os vivas ao socialismo na passeata do último dia do encontro dão mostras nítidas do predomínio desta corrente e da ausência (ou inoperância) de outras tendências. A única referência nos jornais durante o período a vozes distoantes deste socialismo é a seguinte: "Vozes que se dizem suas amigas (do proletariado N.A.), não cessam de clamar em favor de um perigo so antagonismo, de cacusar a indústria de inimiga do proletariado, de anunciar uns rumores de tempestade que se avizinha, para subverter a ordem e plantar a anarquia "O IMPARCIAL 21.07.1919. Se isto não for uma "radicalização" criada pelo jornal (mesmo a partir de posturas

conciliadoras), então aponta de forma concreta setores divergentes. Por fim a forma da escolha ideológica indica um certo descolamento das discussões/reivindicações com relação a opção ideológica.

- 25 Esta atitude não conflituosa, tanto é real para a facção das classes dominantes que detem o poder estadual, quanto para aqueles na oposição (ver, por exemplo, aplausos a O IMPARCIAL e A TARDE). A posição "moderada" poderia também ser compreendida pelos organizadores do encontro como adequada para uma maior participação de entidades no Congresso.
- 26 Na prática, o Congresso serve para estruturar um novo bloco de entidades distanciado, tanto das associações beneficentes (em sua maior parte organizados pelos patrões), quanto das sociedades de orientação visivelmente corporativistas. Um outro "efeito" do Congresso é estimular (intencionalmente ou não) a organização de algumas entidades, como a UDO de Muritiba.
- 27 RODRIGUES, E. ob. cit. p. 219 comenta: "A enorme contradição entre a escolha do dia do Congresso e o que nele se discutia e aprovou, é de molde a fazer com que o proletariado anarco-sindicalista ignorasse a sua realização".